



REFLEXÕES ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO EM PRÁTICAS DE ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOCENTE: experiências de estágio na alfabetização

GT 11 – Experiências e desafios nas práticas de alfabetização e letramento

Maria do Carmo Portela Nunes (Graduanda/UFPI)
Eugenia Nogueira Barros (Graduanda/UFPI)
Luciana Matias Cavalcante (Professora/UFPI)

INTRODUÇÃO

A constante informatização do mundo do trabalho reflete a incessante exigência de mais qualificação profissional, e em uma sociedade pautada em códigos escritos que são necessários para a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a falta de compreensão e entendimento de tais códigos, acaba por configurar a exclusão do indivíduo no meio letrado. Diante de um cenário de exclusão e desigualdades sociais, o analfabetismo ainda assola nosso país que está distante de acabar com esse problema, pois o enorme abismo existente entre o ensino público e privado se alarga cada vez mais, o que evidencia a grande dificuldade de envolvimento dos sujeitos menos favorecidos no meio letrado. Além disso, a precária formação dos professores e a baixa remuneração ofertada a categoria docente, bem como as condições materiais de trabalho, contribui para que esse problema continue existindo. Contudo, a discussão sobre essa problemática é de suma importância, pois propiciam reflexões necessárias para a elaboração de propostas de práticas voltadas a solucionar as dificuldades que norteiam a alfabetização.

O processo da alfabetização no Brasil tem passado por várias modificações ao longo do tempo, vivemos um avanço na redução do analfabetismo, porém os índices continuam altos, o que coloca a escola na situação de fracasso. Recentemente conseguimos o direito de educação para todos, através da lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e este fato contribuiu significativamente para a diminuição do analfabetismo no Brasil.



A escola enfrenta ainda hoje a dificuldade de ensinar a ler e a escrever, e vivencia a eterna busca por respostas, práticas e meios que possam sanar esse problema. A sociedade atual requer que a escola forme um cidadão capaz de utilizar a leitura e a escrita como ferramenta de utilidade social, e que os mesmos façam uso desta no seu dia-a-dia, podendo assim exercer seus deveres e lutar por seus direitos, e a alfabetização por si só não possui essa habilidade, pois dá ao aluno a capacidade de ler e escrever, porém o limita a isso. Surge então um termo novo que pode ser considerado uma ampliação da alfabetização, o ¹letramento.

Nosso trabalho tem por objetivo refletir a cerca da necessidade de uma prática que alie a alfabetização numa perspectiva de letramento, preparando os alunos para construir o seu próprio conhecimento. Para fazer uso deste conhecimento no meio em que estão inseridos, a apropriação da leitura e da escrita é de fundamental importância para tornar isso possível, pois não basta ser alfabetizado, deve-se pensar a alfabetização aliada ao letramento. Além disso, também discutiremos acerca da definição destas duas palavras, alfabetização e letramento, que muitas vezes são vistas ou reconhecidas como sinônimas, porém possuem diferentes significados, cada um com suas especificidades.

Entendendo que o professor exerce um papel fundamental na formação do sujeito, e que a formação docente deve alicerçar a prática desse profissional, é que ressaltamos a importância do estágio na formação do mesmo, uma vez que no estágio “[...] compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional.” (PIMENTA, 2004, p. 43). Assim, este artigo tem como objetivo divulgar as experiências práticas de estágio na alfabetização, além de proporcionar reflexões acerca do processo de alfabetização e letramento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Para falarmos de alfabetização e letramento, não podemos deixar de falar sobre a construção do conhecimento, como se dá esse processo, e para isso elencamos alguns teóricos que tratam desse tema. Piaget que trás o individuo dentro de um processo de construção e desconstrução para assim desenvolver seu próprio conhecimento, sendo que esse processo se dá de dentro para fora. Em outro enfoque Vygotsky defende que o individuo se desenvolve a partir da interação com o meio social enfatizando a importância da linguagem dentro desse processo. Já Emilia Ferrero e Ana Teberosky acreditam que a criança passa por vários níveis de evolução, para que ela possa formular por si mesma hipóteses para que ela possa evoluir até chegar a apropriação da escrita, por meio da imitação e da recriação de modelos de escritas com as quais vai interagindo. Nesse sentido, a alfabetização é um dos principais estágios para a aprendizagem e conseqüentemente para a construção do conhecimento, pois se nessa fase a criança não compreende que ela é capaz de aprender e não recebe estímulos por conta da escola, da família, do professor e do ambiente em que a cerca pode está fadada ao fracasso nos anos que seguem.

O processo de alfabetização é uma temática de grande relevância que deve ser discutida e analisada nos seus diversos ângulos. A alfabetização, segundo Ferreiro & Teberosky (2007) resulta de um processo de construção cognitiva que se estabelece na interação do sujeito com a escrita. De acordo com Soares (2006), o ato de aprender a ler e escrever difere-se do ato da apropriação da escrita, pois “aprender a ler e a escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita ‘própria’, ou seja, é assumi-la como sua propriedade.” (P.39). Dessa maneira, cabe enfatizar que a alfabetização não é somente de codificar o código escrito, vai muito além disso, o sujeito deve vivenciar e utilizar a escrita no seu dia-a-dia, configurando assim a importância da prática do letramento. Para Soares (2006) letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do educando.



A compreensão da natureza do sistema da escrita e sua funcionalidade é uma temática que instiga inúmeras discussões em torno das mais diversas problemáticas que cercam esse tema. O entendimento quanto a alguns conceitos tais como alfabetização, consciência fonológica, letramento, que envolvem o aprendizado do sistema de escrita é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma prática docente comprometida e consciente.

A alfabetização de acordo com Sores (2006) “ é a ação de alfabetizar, de tornar ‘alfabeto’”, sendo que a ação de alfabetizar “ é tornar o individuo capaz de ler e escrever” (P.31). já para Moll (2009), que relaciona a abordagem epistemológica construtivista e as descobertas da psicogênese da língua escrita redimensionando a ação docente, faz inferências quanto a alfabetização:

[...] a alfabetização é um processo de construção de conhecimento e, como tal, é desencadeada pela ‘interação’ permanente entre educando e objeto de conhecimento; [...] consolida-se num processo de construção de estruturas de pensamento específicas (pré-silábica I e II, silábica, silábico alfabética alfabética); [...] transcende à escolha e a execução de um método de ensino; é um processo multifacetado no qual se confrontam na língua escrita, o educando e a intervenção didática da ação escolar[...] (P.177)

Diante da abordagem teórica a acima referendada percebemos que a alfabetização não pode ser considerada como um ato simplório, uma vez que, trata-se de um processo de construção de conhecimento que abarca várias dimensões de aprendizagem, dentre elas o desenvolvimento da consciência fonológica que é “[...] um grande conjunto ou uma ‘grande constelação’ de habilidade de refletir sobre os segmentos sonoros das palavras.” (MORAIS,2012, p.84). no processo de alfabetização é importante que a criança reflita sobre os segmentos orais da escrita mediante a presença da escrita das palavras, e para isso é fundamental que o professor propicie momentos pedagógicos voltados para o desenvolvimento da consciência fonológica do aluno.



Além da abordagem quanto ao processo de alfabetização, é de grande relevância considerar o letramento enquanto prática que deve estar presente no trabalho docente para a melhoria no aprendizado do aluno. O letramento, segundo Soares (2006), configura-se pela prática de apropriação da escrita, ou seja, o sujeito letrado “vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita.” (p.36). Assim, podemos considerar que o letramento é o uso social da escrita, sendo que o sujeito letrado interage com as diversas funções que a escrita e a leitura podem desempenhar na sua vida, bem como, com os diferentes tipos de leitura e escrita que circulam no meio social, cultivando as atividades de leitura e escrita, respondendo as demandas sociais.

O trabalho docente deve voltar seus objetivos para práticas que visem o letramento, ou seja, práticas que desenvolvam nos educandos habilidades e competências para o uso da leitura e da escrita, além de despertar a consciência da importância da prática da leitura e da escrita, bem como, sua utilidade no cotidiano do sujeito, ressaltando os diferentes tipos de gêneros e tipos de leitura e escrita e as respectivas funções que desempenham na nossa vida, pois “[...] as interações que se constituem por meio da palavra escrita, e as suas experiências de sociabilização, mesmo estando vinculadas inicialmente a família e ao grupo social mais próximo, ultrapassam esses limites ao longo da vida do sujeito falante.”(MATENCIO, 2007,p.44)

As práticas de alfabetização e letramento devem ser consideradas como processos inteiramente intrínsecos, pois o ato de alfabetizar não torna o sujeito inteirado ao mundo letrado, somente quando o indivíduo fizer o uso da leitura e da escrita é que o mesmo passará a se envolver nas mais variadas práticas sociais de leitura e de escrita, o que o tornará um sujeito mais autônomo e consciente do uso da leitura e da escrita.

A construção do indivíduo se dá na relação que o mesmo tem com os vários meios sociais onde ele está inserido. A família é o primeiro ambiente social ao qual a criança é submetida, tendo ainda a escola, como outro contexto fundamental de educação, além disso, a existência de outros meios não tão concretos como é o meio dos



valores que podem ser advindos de grupos sociais, comunidades e igreja, por exemplo, onde a criança pode ter acesso a valores da família, a valores da comunidade, e da escola. Essa noção desconstrói uma ideia muito presente na escola, de que a criança é um resultado do seu meio familiar. Esse pensamento é uma constante em falas do contexto escolar, em que atribuem à família a responsabilidade pelas condutas da criança na escola, ou seja, ao apresentar um problema de comportamento ou de aprendizagem é comum dentro do contexto escolar se ouvir que isso ocorre porque a criança é oriunda de uma família desestruturada.

Nesse contexto, não podemos desconsiderar a importância do convívio familiar da criança, bem como sua história de vida, porém o contexto escolar pode criar outras relações com a criança que diferencie o tipo de relação que a mesma tem na família, e assim a criança em suas diferentes idades aprende a agir diferente em função de contextos diferenciados. A escola pode construir situações de aprendizagem que possibilitem que a criança desenvolva seu conhecimento sem tornar seu convívio familiar um empecilho para tal, deixando assim de imaginar que as crianças se limitarão a reproduzir na escola relações que elas têm na família.

Levando em consideração o fato de que o sujeito se constitui de diferentes pontes articuladas nos vários contextos em que este se insere, entendemos que o educando se constrói nas relações vividas nos vários espaços sociais dos quais ela participa e seu êxito escolar, portanto, não está vinculado apenas as relações vividas na família, mas principalmente na escola, espaço por excelência responsável pelo ensinar e aprender numa perspectiva formal e científica. Sabemos que na prática essa postura assume um grau de dificuldade bem elevado, pois compreendemos que a escola tem como princípio possibilitar à criança um contexto em que ela possa ocupar lugares diferenciados, sendo estes propícios para o desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos, como por exemplo, a possibilidade de socialização com o outro as afinidades entre as disciplinas e/ou dificuldades, mas infelizmente a escola costuma



desperdiçar o potencial de possibilitar esses vários espaços onde a criança experienciaria diferentes relações que contribuam para sua formação.

A escola onde vivenciamos nosso estágio, tende a limitar a criança a um único ambiente, perdendo assim a oportunidade de enriquecer o convívio social das mesmas. Presa à uma sala de aula, onde para que seja considerada uma excelente aprendiz deve se manter quieta, ouvindo e concordando como tudo o que lhes é imposto, deixando de vivenciar e construir-se a partir de questionamentos, inquietações que a levariam ao seu próprio desenvolvimento. Em turma numerosa de 27 alunos a professora em conversa informal nos confidenciou que somente 11 alunos conseguem escrever e ler pequenas palavras, ou seja, estão no nível alfabético da teoria de Teberosky, em que a criança passa a representar cada fonema com um signo gráfico correspondente.

Ao perguntarmos à professora, bem como a outros funcionários da escola a que atribuem o fato dos alunos não aprenderem, muitas vezes nem o básico, e continuarem assim até as séries seguintes, ano após ano, a resposta é imediata e taxativa, a falta da presença da família na escola, e isso serve como desculpa para que a escola cruze os braços diante de tais problemas ou de tentar buscar meios que pelo menos se não sanar, diminuam o índice de alfabetizados funcionais que passam todos os anos para as séries que seguem, são crianças com vendas nos olhos, que não conseguem enxergar nem fazer uso da função da leitura e da escrita, passam todos os dias, horas dentro de uma sala de aula, muitas vezes copiando ou escutando o que o professor fala como mero expectador, quando ele se submetido a um processo de alfabetização e letramento, poderia tornar-se ator e autor da construção de seu conhecimento.

Após algumas observações realizamos as aulas no decorrer do estágio que foram orientadas e supervisionadas pela professora da disciplina Estágio Supervisionado II – Alfabetização, procuramos elaborar nossos planejamentos tomando como base as observações realizadas nos primeiros contatos com a turma e com a professora, assim como relacionando os estudos realizados sobre a temática.



Inicialmente percebemos por meio das observações a rotina da escola, o comportamento da turma, a prática docente adotada pela professora, para que em seguida realizássemos, de acordo com o plano de curso cedido pela docente da turma, o planejamento de nossas regências. Nas observações realizadas durante as aulas, percebemos a dificuldade da professora em manter a atenção dos alunos para o conteúdo ensinado, por vezes ela interrompia a aula para tentar fazer com que a turma voltasse seu olhar para ela. Apesar da idade dos alunos, 6 a 7 anos, acreditamos que essa dificuldade de concentração também ocorre devido ao número de crianças na sala, vinte e sete alunos e uma única professora. Pudemos perceber que ela manifesta interesse e preocupação com a aprendizagem dos educandos.

No período de nossa regência ministramos aulas de Língua Portuguesa, mais precisamente com sílabas complexas, tentamos fazer com que os alunos aprendessem as sílabas através do som das mesmas, pronunciando, ouvindo e sentindo a pronúncia de cada sílaba, estimulando assim a consciência fonológica. Desenvolvemos atividades de leitura coletiva, contação de histórias, atividades planejadas com objetivos específicos, de maneira a oportunizar aos alunos a reflexão crítica sobre a escrita. Alguns discentes demonstraram dificuldades quanto ao tipo de letra usado no processo de escrita, pois alguns não conseguem identificar a letra cursiva, então só usam a letra bastão.

A docente titular da sala iniciou o semestre usando a letra bastão, na nossa primeira regência, que aconteceu na metade do primeiro semestre do ano letivo utilizamos a letra impressa nas atividades que propomos, e foi notória a dificuldade de parte da turma quanto ao uso desse tipo de letra, e a própria professora, em particular, fez uma observação quanto ao uso de outro tipo de letra, vez que iniciou-se o processo de alfabetização com a letra bastão e apenas no segundo semestre é que seria trabalhado os demais tipos de letra.

Diante disso, cabe ressaltar uma discussão que é frequente entre os professores referente ao tipo de letra ideal a ser utilizado no processo de alfabetização. Para Moraes (2012) o excesso de cobrança imposta por parte dos professores sobre seus alunos pela



perfeição da caligrafia da letra cursiva, acaba distanciando as crianças do tipo de letra que as mesmas têm mais contato, no caso a impressa, pois a maioria do material escrito que a criança tem contato são os livros, cartilhas, jornais, revistas, ou seja, essa cobrança pela perfeita caligrafia cursiva pode podar o educando quanto as suas mais distintas possibilidades de contato com o meio letrado.

Presenciamos uma situação no decorrer da regência, onde uma aluna que não tinha o domínio da escrita cursiva, pedia para que escrevêssemos a agenda colocada no quadro em letra cursiva para letra bastão, isso demonstra que o tipo de letra utilizado no processo de alfabetização deve ser diversificado desde cedo pois,

[...] precisamos preparar nossos alunos para lerem e escreverem todos os textos (e palavras) que estão ao seu redor. A diversificação de tipos de letras com que as crianças convivem é necessária desde cedo – a partir da educação infantil –, porque ela também é um requisito para que compreendam o SEA e para que leiam e escrevam com autonomia. (MORAIS, 2012, p. 144)

Embora a turma tenha contato constante com o livro didático é importante que seja enfatizado as diferenças entre os tipos de letras, ressaltando que o significado das palavras não serão alterados independente do tipo de topografia. No caso da situação citada a aluna que não tinha o domínio da escrita com letras cursiva não tinha compreendido ainda o sistema alfabético, assim percebendo essa situação ao levar ou escrever qualquer tipo de palavra ou texto, utilizávamos os dois tipos de letras e enfatizávamos a diferença entre elas, mas colocando sempre que os significados das palavras eram iguais, sejam elas cursivas, impressas ou bastão.

Sentimos que as crianças não desenvolveram e nem dominam as habilidades de leitura e escrita “[...] e escrita é um processo de relacionar unidades de som e símbolos escritos, e é também um processo de expressar ideias e é organizar o pensamento em língua escrita.” (SOARES, 2006, p.70) e isso dificultou um pouco a nossa prática, haja vista termos optado em dar continuidade ao conteúdo que seria trabalhado pela



professora nas datas de nossa regência. O que percebemos é que teríamos tido um resultado maior em nossas aulas se tivéssemos trabalhado ou revisado um conteúdo inicial propício para alfabetizá-los. Nos inquieta saber que àqueles alunos entraram no ciclo vicioso que muitas vezes existe na educação pública, passam de ano em ano, de série em série, e acabam tornando-se analfabetos funcionais, decodificam a escrita e a leitura, porém não são letrados, não compreendem, não utilizam a leitura socialmente.

Para Weisz:

Os analfabetos funcionais são produto de uma escola que produz não-leitores e não-escretores. Há uma ideia falsa de como se aprende a ler e escrever e o currículo – cheio de ideias ultrapassadas – é reflexo disso. Ensina-se gramática para que a turma produza textos escolares. Enquanto o ensino tiver esse foco, formaremos pessoas que não saberão ler e escrever. Não são as aulas de gramática normativa que levam alguém a ser um bom escritor. Bons textos são feitos por quem lê e redige regularmente. (Nova Escola, 2012, p.36)

Para a autora a alfabetização mudou de foco a partir das pesquisas sobre a psicogênese de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, e com isso passou-se a voltar um olhar construtivista para a forma de ensinar, não mais limitando só no ato de ler e escrever.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos nosso momento de estágio na alfabetização onde pudemos articular a teoria e a prática, percebemos como esse momento foi de grande relevância para a compreensão de como ocorre o processo de alfabetização o que nos proporcionou momentos de amadurecimento profissional e pessoal. Percebemos ainda que há necessidade de um planejamento docente mais elaborado que vise diagnosticar o que deve ser retomado e direcionar os avanços a partir da resposta daquilo que é proposto aos alunos, podendo assim perceber falhas e tornar a aprendizagem mais significativa. Com relação aos conteúdos desenvolvidos por nós na sala de aula, consideramos



adequados diante das necessidades apresentadas pela sala, pois seguimos o ritmo tanto das crianças como do processo de aprendizagem em alfabetização aliada ao letramento.

De acordo com Soares (1995), alfabetizar é o ato de compreender o código da escrita, e quem tem o conhecimento ou o domínio do código é alfabetizado. Diante disso, fica claro para nós que o processo de alfabetização deve ser desenvolvido associado a perspectiva do letramento, objetivando a formação de indivíduos críticos, reflexivos e capazes de fazer uso da leitura e da escrita em seu meio social.

Foi gratificante a participação das crianças em nosso trabalho, pois a partir do momento em que percebemos a interação e o retorno da turma, nas mais diversas situações de aprendizagem propostas, o sentimento que nos preenche é de grande alegria e convicção de que apesar de todas as dificuldades, reafirmamos nosso desejo de continuar nessa profissão tendo a consciência de nossa responsabilidade enquanto educadoras.

Diante disso, compreendemos que foi de sua importância para a nossa formação a participação nesse estágio, pois apesar das dificuldades, o aprendizado que ficou, contribuirá para o futuro de nossa formação e também para as reflexões em torno de nossa prática docente, pois tanto nas observações quanto nas regências, percebemos que o trabalho docente deve estar vinculado a práticas de alfabetização estritamente vinculadas ao letramento, com planejamentos claros e objetivos que visem a construção da autonomia do educando, bem como sua consciência do uso social da leitura e da escrita. Assim, desejamos que a Escola Pública consiga se estabelecer como uma instituição que responda as demandas sociais para a construção de uma sociedade mais democrática e justa, proporcionando uma educação escolar realmente significativa para cada um dos sujeitos que tiverem acesso a ela.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Edição comemorativa 20 anos. Porto Alegre, Artmed, 2007.
- MATENCIO, M. de L. M. **Leitura, produção de textos e a escola**: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível**: reinventando o ensinar e o aprender. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 389 p.
- PIEMNTA, Celma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/qccivil_03/leis/L9394.htm ; acessado em 10.11.12
- SANTOMAURO, Beatriz. **Os analfabetos funcionais são fruto de uma escola que produz não-leitores**. Revista Nova escola, ed. nº 251, Abril de 2012, P. 35 – 37.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Atlântica, 2006.
- SOARES, Magda Becker. O que é letramento. Diário do Rio Grande ABC, Diário na Escola. P. 03/ Agosto 2003. Disponível em: <http://www.verzeri.org.br/artigos/003.pdf> ; acessado em: 10.11.12.